

De cronista a alvo do Santo Ofício: o protagonismo de Frei Manoel Calado do Salvador

Regina de Carvalho Ribeiro da COSTA¹

Resumo: O objetivo do artigo é desvendar a centralidade de Frei Calado para a manutenção do catolicismo no Brasil holandês ao atuar como religioso, cronista e delator em um ambiente bélico. Tamanha importância do frade no contexto da dominação neerlandesa sobre as capitanias açucareiras do Norte o tornou personagem de uma biografia de um dos mais importantes estudiosos sobre o tema, o historiador pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello, publicada originalmente em 1954, por ocasião da comemoração do tricentenário da insurreição pernambucana, conflito que marcou a expulsão definitiva dos holandeses da região. Religioso português e natural da Vila Viçosa, era eclesiástico da Ordem de São Paulo desde 1607, momento no qual tornou-se o Frei Manoel Calado do Salvador. Autor de famoso relato sobre o período de ocupação holandesa, intitulado *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*, Calado chegou a ser citado nas fontes inquisitoriais da época ao ser perseguido pelo bispo da Bahia, D. Pedro da Silva e Sampaio, que desconfiava de condutas duvidosas por parte do frei. Grande articulador, o religioso possuía algumas inimizades e alimentava alianças, principalmente uma forte amizade com Conde Maurício de Nassau, relações que é possível identificar através de sua crônica. Um dos principais informantes sobre as guerras pernambucanas do açúcar, Calado narra até 20 de julho de 1646, ano que parte para Lisboa levando cartas dos líderes da insurreição ao Rei de Portugal.

Palavras-chave: Clero católico, Brasil holandês, Inquisição de Lisboa, Frei Manoel Calado.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), na área de História Moderna. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Adjunta de História Moderna da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro. RJ. Brasil. ORCID: 0000-0001-7057-5131 E-mail: regininhacribeiro@gmail.com

From chronicler to target of the Holy Office: the role of Friar Manoel Calado do Salvador

Abstract: This article reveals the centrality of Friar Calado for the maintenance of Catholicism in Dutch Brazil by acting as religious, chronicler and informer in a warlike environment. Such importance of the friar on the context of Dutch domination over the sugar captaincies of the North made him a character in a biography by one of the most important scholars on the subject, the Pernambuco historian José Antônio Gonsalves de Mello, originally published in 1954, on the occasion of the commemoration of the tercentenary of the Pernambuco insurrection, a conflict that marked the definitive expulsion of the Dutch from the region. Portuguese religious, born in Vila Viçosa, ecclesiastic of the Order of São Paulo since 1607, when he became Friar Manoel Calado do Salvador. Author of a famous report about the period of the Dutch occupation, entitled *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*, Calado was quoted in inquisitorial sources at the time as being persecuted by the Bishop of Bahia, D. Pedro da Silva e Sampaio, who suspected dubious conduct on the part of the friar. A great articulator, the religious had some enmities and nurtured other alliances, mainly a strong friendship with Count Maurício de Nassau, relationships that can be identified through his chronicle. One of the main informants on the Pernambuco sugar wars, Calado narrates until July 20, 1646, the year he left for Lisbon carrying letters from the leaders of the insurrection to the King of Portugal.

Keywords: Catholic clergy, Dutch Brazil, Lisbon Inquisition, Friar Manoel Calado.

Introdução

No contexto da dominação neerlandesa nos territórios que pertenciam à América portuguesa, muitos foram os padres e os frades que resolveram permanecer na região, seja pela esperança da reconquista portuguesa, seja para prestar assistência aos católicos que passaram a estar sob jugo considerado herege aos olhos da Igreja romana.

Frei Manoel Calado foi um protagonista neste terreno. Religioso natural da Vila Viçosa, região portuguesa, ele era eclesiástico da Ordem de São Paulo desde 1607, momento no qual tornou-se o Frei Manoel Calado do Salvador. Calado desempenhou vários papéis naquele ambiente que pode ser pensado como uma espécie de fronteira colonial, uma região onde predominava a instabilidade política e o cotidiano bélico.

Como frei, Calado aparece envolvido em catequese, realizando confissões, rezando missas e socorrendo os moradores da região. No entanto, Frei Manoel Calado é mais conhecido por sua crônica sobre o período, intitulada *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*, em que relatou o dia a dia das guerras luso-holandesas que se desenvolveram em solo colonial. O relato do cronista foi publicado em 1648, mas teve suas vendas suspensas pela Sagrada Congregação *ad Indicem librorum* em 1655.

Na crônica, mencionou vários casos de desertores, moradores de Pernambuco colonial que foram cooptados e obtiveram proteção dos novos dominadores. Além de delatar, foi ele próprio delatado e perseguido pelo bispo da Bahia à época, D. Pedro da Silva e Sampaio, portanto, à distância, porque o território estava sob ocupação flamenga. Ainda assim, o frei esteve enredado nas teias do Santo Ofício de Lisboa.

Exatamente sobre esta centralidade de Frei Manoel Calado para a manutenção do catolicismo na região, ao atuar como religioso, cronista e delator em um ambiente altamente bélico que discorre o presente artigo. O grande historiador pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello, um dos mais importantes estudiosos sobre o tema, já havia apontado a grande importância do religioso no contexto da dominação neerlandesa ao publicar uma biografia original sobre o personagem em 1954.

Calado frei

Desde o Acordo da Paraíba, datado de fins de 1634 / janeiro de 1635, os holandeses foram tolerantes com outras denominações religiosas, vedando apenas à

realização de grandes alardes para seu culto. Ainda assim, Frei Manoel Calado chegou a conseguir autorização de Nassau para a realização de algumas procissões.

Antes da instalação de Nassau como governador dos territórios conquistados pelos neerlandeses, o religioso pode ser encontrado no contexto bélico colonial² exercendo seus ofícios religiosos, como no episódio em que foi confessar as culpas do traidor Domingos Fernandes Calabar, antes de sua execução em 1635. Sempre com seu diário, Frei Calado (2004, v. I, p. 60) registrou que Calabar se arrependeu verdadeiramente naquela hora derradeira, mas já era tarde, pois “com tanta infâmia tinha perdido a vida”.

Em confissão *in extremis*, realizada pelo Frei Manoel Calado, tudo indica que Calabar revelou “coisas pesadas”, as quais logo chegaram aos ouvidos de Albuquerque, mas o comandante tratou de calar “por não se levantar alguma poeira, da qual se originasse muitos desgostos, e trabalhos” (CALADO, 2004, v. I, p. 61). Quanto ao conteúdo da revelação de Calabar, o cronista não se deixou conhecer, mas suspeita-se de nomes que o traidor conheceu devido ao seu tempo entre os holandeses.

De acordo com Calado, ao lado dos holandeses, em poucos dias, Calabar aprendeu a língua flamenga e logo tratou de fazer amizade com o coronel Sigismund Von Schkoppe, o qual tornou-se um grande protetor do luso-brasileiro, chegando, inclusive, a batizar seu filho com a mameluca Bárbara Cardoza em 1634 (CALADO, 2004, v. I, p. 48). Sobre os motivos que levaram Calabar a mudar de lado, Calado explica a deserção como uma fuga, porque estaria temeroso de ser pego pelo provedor André de Almeida.

Além do exercício da confissão, Calado converteu muitos judeus que residiam no território. Schalkwijk (1986, p. 372) totalizou sete casos de conversão, entre eles o de Miguel Francês, dos irmãos Moisés e Aaron Navarro, de um judeu de nascença, de dois penitenciados à forca e do caso de Manoel Gomes Chacão. Mas esse número é discutível, havendo outros casos cuja conversão pode ser atribuída à ação de Calado, de modo que Bruno Feitler (2019, p. 199) contabiliza oito conversões na conta do frei.

Mais importante do que a contagem do total de convertidos por Frei Calado é o esforço exercido no processo de conversão que, segundo Feitler (2019, p. 205), demandou

² A historiografia especializada no Brasil holandês costuma dividir o período de dominação neerlandesa em três fases: a guerra inicial entre luso-brasileiros e neerlandeses, que se estendeu de 1630 a 1636; o tempo do governo nassoviano, entre 1637 e 1644, que funcionou como um tempo de relativa paz; e a insurreição pernambucana, insuflada sob o bastião de “guerra da liberdade divina”, que se desenvolveu entre 1645 e 1654, data final da expulsão dos holandeses dos territórios portugueses na América. (MELLO, 2010).

grande fôlego do religioso, uma vez que não bastava a simples catequese. Ao tempo do domínio holandês, cujo ambiente era marcado pela circulação das ideias judaicas e protestantes que marcavam o espírito da população, a conversão implicava o convencimento do adversário mediante a exemplaridade da conduta.

Durante o período de dominação holandesa, Manuel da Costa enriqueceu muito, praticando atividades não tão lícitas, mas mudou de lado quando percebeu que a vitória portuguesa era iminente. Trata-se de um dos casos dos judeus reduzidos ao catolicismo por Frei Manoel Calado³. O ex-judeu chegou a atuar junto a João Fernandes Vieira até ser levado a Lisboa em 1649.

Frei Manoel Calado foi mesmo um dos que mais se empenhou em convencer vários “judeus novíssimos”⁴ (VAINFAS, 2010, p. 48), recém-convertidos, a regressarem ao catolicismo. Nesse sentido, o religioso se evidenciou como um verdadeiro bastião na defesa da fé católica, travando uma batalha discreta contra o judaísmo abertamente praticado nos anos de dominação holandesa, o que pode ter sido o motivo para a Inquisição arquivar as denúncias que recebeu contra o frei.

Ao contrário de Calado, o bispo da Bahia neste tempo, D. Pedro da Silva e Sampaio, possuía uma ação mais incisiva contra os cristãos-novos habitantes do território dominado pelos holandeses. Trata-se de um ex-inquisidor do Tribunal de Lisboa escolhido em 1632 para o bispado do Brasil, numa época em que o Conselho Geral do Santo Ofício estava particularmente preocupado com a situação colonial.

Ronaldo Vainfas (2010, p. 194) comparou as duas figuras ícones do catolicismo no momento. Apesar do frei e do bispo atuarem na defesa do catolicismo e no combate ao judaísmo, eles não se relacionavam muito bem um com o outro. O procedimento de ambos também fora distinto: enquanto Calado “sabotava o proselitismo da *Zur Israel*,

³ Em certa passagem de sua crônica, o religioso denota o território dominado pelos neerlandeses estar repleto de judeus: “[...] e que os judeus depois da terra ganha vieram de Holanda a ela, e como sabiam a língua portuguesa, eles eram os que negociavam, e tiveram o proveito [...]”. Ver CALADO, 2004, v. I. p. 113.

⁴ Ronaldo Vainfas (2010, p. 48) se baseou na obra de Yosef Kaplan para operar com o conceito de “judeu novo”, referindo-se ao grupo de cristãos-novos portugueses que assumiram o judaísmo em Amsterdã e emigraram para o Brasil já como judeus, a fim de propor o conceito de “judeus novíssimos”, relacionado aos cristãos-novos da terra que se converteram ao judaísmo no Brasil, no tempo da administração holandesa, sobretudo pelo contato com os judeus portugueses vindos de Amsterdã.

reconvertendo judeus ao catolicismo”, o bispo “agia como inquisidor, mais preocupado em prender e castigar os apóstatas do que em reduzi-los à fé católica”.

Foi Frei Manoel Calado quem observou esta divisão entre os cristãos-novos, enumerando os que aproveitaram das garantias fornecidas pelos holandeses para se circuncidarem, declarando-se judeus⁵: “[...] com grande escândalo do povo cristão, pois se haviam criado aos peitos da Santa Madre Igreja Romana, foram Gaspar Francisco da Costa, Baltasar da Fonseca, e seu filho Vasco Fernandes [Brandão], e seus filhos, Miguel Rodrigues Mendes, Simão do Vale [Fonseca], e, muitos outros” (CALADO, 2004, v. I, p. 113-114). Posteriormente, o cronista acrescentou o nome de Simão Drago à lista.

Por outro lado, o religioso apontou que alguns cristãos-novos perseveraram na religião, mantendo-se fiéis ao catolicismo porque “[...] estes tais são verdadeiros cristãos, e qualificados, e por tais se pode ter, e estimar em muito” (CALADO, 2004, v. I, p. 114). Apesar disso, Calado não forneceu uma lista dos cristãos-novos fiéis à Santa Madre Igreja como fizera com os convertidos ao judaísmo⁶.

Entre os denunciados por Frei Manoel Calado, encontra-se o cristão-novo Gaspar Dias Ferreira⁷, com quem o religioso não possuía uma boa relação, o que fica patente na leitura de sua própria crônica. Entre as acusações, Calado apontou ter sido Dias Ferreira “o primeiro homem que se passou aos holandeses quando tomaram Pernambuco” (ANTT, IL, CP 31, Livro 230, fól. 250v). De acordo com o Frei, o cristão-novo era tido por muita estima entre as autoridades neerlandesas, especialmente pelo governador dos flamengos.

O religioso salienta que Dias Ferreira dava “muitos alvires contra os portugueses”, garantindo que o cristão-novo fora comissário do Conde de Nassau durante a tentativa de ataque à Bahia, em 1638. Calado também denunciou que Dias Ferreira se aproveitou da amizade dos flamengos, tendo pedido para os holandeses tomarem as casas

⁵ Os sujeitos listados por Calado se tratavam de casos de “judeus novíssimos”, assim identificados por Vainfas (2010, p. 263) para destacar a superficialidade da reconversão a um judaísmo que desconheciam ainda mais do que os “judeus novos” vindos de Amsterdã. De fato, o historiador apontou que, enquanto os judeus novos vindos de Amsterdã regressaram para a Holanda com o fim da ocupação neerlandesa em territórios coloniais, os judeus novíssimos resolveram regressar ao catolicismo (VAINFAS, 2010, p. 357).

⁶ Variados foram os casos, não sendo difícil encontrar cristãos-novos que, mesmo permanecendo católicos, colaboraram, em alguma medida, com o estabelecimento e dominação holandesa no Brasil.

⁷ Gaspar Dias Ferreira, cuja adesão é bastante controversa, trata-se de um senhor de engenho que enriqueceu no tempo dos flamengos. Denúncias encontradas nos Cadernos do Promotor atestam sua colaboração aos holandeses. A denúncia de Calado se encontra em ANTT, IL, CP 31, Livro 230, fols. 250-252.

de Jerônimo Coelho, onde “foram ouvidos muitos assuntos” (ANTT, IL, CP 31, Livro 230, fól. 250v).

Em outubro de 1649, Frei Manoel Calado afirmava que Dias Ferreira teria dito que “em sua casa não dava esmola a Nossa Senhora”, anunciando erro de fé do cristão-novo. Além disso, o religioso reclama que o cristão-novo “era conselheiro dos hereges contra os cristãos” (ANTT, IL, CP 31, Livro 230, fól. 251), tendo-o visto participar, algumas vezes, de reuniões com os holandeses.

De acordo com Calado, a crueldade de Ferreira não teria limites, tendo mandado enforcar alguns portugueses “por darem gasalhado a alguns soldados portugueses” e isto fez Dias Ferreira “em ódio dos cristãos portugueses e em serviço dos hereges” (ANTT, IL, CP 31, Livro 230, fól. 251v). O frei levantou suspeitas de que o cristão-novo andava se relacionando particularmente com seus parentes judeus declarados, ainda que continuasse a ouvir missas e se dizendo seguidor de Cristo.

Para confirmar a veracidade das informações fornecidas, Calado indicou a pessoa de Antônio Muniz da Fonseca, ouvido em janeiro de 1650. Assim, Muniz da Fonseca informa ser o cristão-novo “mercador de panos, casado” que foi para Holanda juntamente com o Conde de Nassau, onde ainda estaria no tempo da denúncia (ANTT, IL, CP 31, Livro 230, fols. 256-260). O depoente declarou não saber se Dias Ferreira tivera alguma “ocupação ou ofício” na organização do ataque à Bahia, mas é possível suspeitar que o dito cristão-novo tivesse dela participado em companhia a Nassau.

No entanto, o próprio Frei Manoel Calado cometeu alguns deslizes em seu comportamento, sobretudo pela amizade com o Conde Maurício de Nassau, motivo pelo qual se tornou alvo de desconfiança. O Santo Ofício, no entanto, ignorou as acusações que o bispo da Bahia fez contra o célebre Frei Manoel dos Óculos.

Por outro lado, em reconhecimento dos serviços prestados por aproximadamente 23 anos na chamada “guerra do Brasil”, Calado conseguiu diversas mercês através de despachos régios datados de 9 de julho de 1648, 14 de outubro de 1649 e 17 de fevereiro de 1650 (Gonsalves de Mello, 1954, p. 80). Por meio dos despachos registrados nos livros das Portaria do Reino e da Chancelaria da Ordem de São Tiago fica comprovada a singular importância do religioso como “bastião do catolicismo” naquele território.

Em relação ao cargo que sempre almejou, o de administrador eclesiástico da Capitania de Pernambuco, o Conselho Ultramarino opinou favoravelmente em 3 de agosto de 1651, após o regresso do frei a Lisboa⁸. No entanto, a Mesa de Consciência e Ordens atrasou tanto a decisão final que Calado faleceu em 12 de julho de 1654 sem conseguir o cargo que desejara (MELLO, 1954, p. 86).

Calado cronista

Testemunha ocular dos fatos, como bem apontou o grande historiador José Antônio Gonsalves de Mello (1954, p. 9) em sua biografia sobre o personagem, foi o Frei Manoel Calado que registrou os eventos ocorridos em seu relato, intitulado *O Valeroso Lucideno e o triunfo da Liberdade*. Datada de 1648, a crônica do religioso abrange tanto a fase inicial de guerra que culminou com a conquista holandesa, quanto o período do governo nassoviano e o início da insurreição pernambucana.

É saliente, em *Valeroso Lucideno*, que o autor escreve pela perspectiva portuguesa, qualificando a ocupação holandesa pela ótica da invasão, ao menos durante a época da guerra. Para Gonsalves de Mello (1954, p. 9), a obra precisa ser criticada e confrontada como toda fonte histórica, uma vez que não se deve esperar isenção e imparcialidade de seu autor⁹, sobretudo porque Calado escreveu com objetivo claramente político: chamar atenção das autoridades portuguesas para socorrer os insurretos pernambucanos, em período difícil da década de 1640 em que se encontrava a Coroa.

No dia do desembarque dos holandeses no Recife, o religioso reclama da falta de resistência dos portugueses, cujas forças foram organizadas e concentradas no interior. Segundo Calado, os invasores provocaram muita confusão ao chegarem:

Ficaram os holandeses senhores da vila, e Recife, e começaram a saquear tudo com grande desaforo, e cobiça. Este entrava por as casas, e saía carregado do melhor que nelas achava. [...] Enfim a barafunda, e o alarido era tanto, que com a muita mosquetaria, que disparavam parecia um dia de juízo. (CALADO, 2004, v. I, p. 44-45).

⁸ O documento indica que Calado atuou “[...] na conversão de muitos hereges Calvinos, gentios sem conto, e Judeos e da conservação da nossa santa fee catholica[...], tudo com exemplar zello de verdadeiro Christão e leal vassalo de Vossa Magestade [...]” (AHU, PE, códice 278, fls. 398-398v.)

⁹ Nas palavras de Gonsalves de Mello (1954, p. 12) sobre Frei Manoel Calado: “Historiador, não o foi: viveu uma fase histórica, tomou partido, referiu-lhe os episódios”.

Na chegada dos holandeses em Olinda, Frei Calado registrou a euforia com a qual a esquadra era aguardada pelos cristãos-novos, anunciando a existência de contratos entre ambos que precediam a entrada efetiva dos flamengos no Brasil em 1630. Nas palavras do cronista, ao aproximarem-se dos neerlandeses, “[...] se alegraram muito os cristãos novos, porque vinham nela interessados muitos deles [...]” (CALADO, 2004, v. 1, p. 42).

Na comparação bíblica, Frei Calado deixa transparecer o clima predominante de desordem e de pavor oriundo das horas de saques impetrados pelos holandeses. Para enfrentar aos inimigos, Calado salienta que Matias de Albuquerque chegou de Portugal com o título de “capitão-mor, e superintendente em todas as cousas tocantes à milícia” (CALADO, 2004, v. I, p. 42) e tratou de levantar a defesa em uma fortaleza. De acordo com o frei, estaria iniciada a guerra, a partir da qual os flamengos só conseguiriam conquistar o território após muita luta.

Então, a coragem dos “valentes mancebos” resistentes foi registrada pelo religioso em palavras muito elogiosas ao brio dos soldados. A propósito do registro do desânimo que se abateu sobre os soldados luso-brasileiros em razão da diferença de tratamento dispensado pelo Conde de Bagnuolo, sobressai a exaltação das forças de resistência:

[...] e os soldados de Pernambuco, que até então haviam defendido a terra, e reprimido o inimigo, com tanto esforço e valor, metidos por os matos, passando rios descalços, e por lamas, e atoleiros, com grandes descômodos, vendo que não eram tratados com o amor, e benevolência com que o General Matias de Albuquerque, os havia até então tratado, uns se foram indo para suas casas, outros afrouxaram do contínuo trabalho, assim diurno, como noturno, com que andavam oprimidos [...]. (CALADO, 2004, v. I, p. 47-48)

Desta forma, Calado se posiciona ao criticar a diferença que o Conde fazia em relação aos soldados provenientes do Reino e aos soldados de Pernambuco. Por outro lado, é perceptível a admiração do frei pela liderança exercida por Albuquerque. Na descrição da formação do próprio Arraial do Bom Jesus, Calado (2004, v. I, p. 45) deixou transparecer a fé no trabalho e no êxito em suas palavras: “[...] tinham tão encurralado o holandês, que não era senhor nem de sair a buscar água para beber, [...]”.

Nesse sentido, os soldados luso-brasileiros eram, para Frei Calado (2004, v. I, p. 48), “vassalos leais de Sua Majestade, em companhia de seu Governador Matias de Albuquerque” que seguiram lutando com zelo pela “defesa da Pátria” até que um “mancebo mameluco, mui esforçado e atrevido” se meteu entre os holandeses. Tratava-

se do caso de Calabar, traidor que passou a colaborar com os flamengos para fugir da punição por crimes que cometera na capitania.

Além de pregador, o cronista ocupava outros papéis naquele cenário, inclusive o de militar, como foi próprio de alguns padres do período que chefiavam companhias de índios, como o caso do inaciano Manoel de Moraes¹⁰. Desta feita, a ótica sobre a qual Calado percebe os eventos é rica em detalhes sobre a vida cotidiana e, ao mesmo tempo, sobre as batalhas que aconteceram naquele tempo, fornecendo um verdadeiro testemunho dos eventos que envolveram a ocupação holandesa.

Nesse sentido, Calado acusa Calabar de ser precursor do caminho da infidelidade, porque explicita que outros traidores seguiram seu exemplo em mudanças de lado em prol do domínio flamengo. Na comparação entre Manoel de Moraes e Domingos Fernandes Calabar, Vainfas (2008, p. 102) considerou exagero pensar, como Frei Calado, que o primeiro fora mais traidor que o segundo, este tido como o “patriarca dos traidores”¹¹.

Assim, o problema, segundo Calado, não era apenas Calabar, mas sim os inúmeros casos de deserção que aconteciam no Recife e enfraqueciam as forças da defesa. Nesse interim, o religioso estaria se referindo aos:

[...] públicos desaforos, e perseverantes traições, e aleivosia, tão mal castigadas, antes sofrida com paciência, porque nos víamos sujeitos ao tirano jugo dos holandeses, que as cousas que são públicas, e notórias nenhuma culpa se comete em tratar delas. (CALADO, 2004, v. I, p. 52)

É através da narrativa de Calado, também, que descobrimos com minudência como Sebastião do Souto entregou Calabar aos portugueses, isto é, como o espião duplo armou a emboscada que levou os soldados lusitanos a capturarem o traidor em Porto Calvo. Para Calado (2004, v. I, p. 57), Souto foi atrevido ao se comunicar com ambos os lados do conflito e preparar o encontro que culminou com a prisão do procurado desertor.

A respeito do julgamento de Calabar, realizado no calor da guerra pelo próprio general Albuquerque, quem representava a pessoa do rei em presença de um auditor, Frei Calado (2004, v. I, p. 60) explicita sua pena: “[...] o condenaram a morrer enforcado, e esquartejado, por traidor, e aleivoso à sua pátria e a seu Rei, e Senhor; e por os muitos males, agravos, furtos, e extorsões que havia feito [...]”.

¹⁰ Um alentado estudo sobre o padre Manoel de Moraes foi publicado por Ronaldo Vainfas (2010).

¹¹ Nas palavras de Vainfas (2008, p. 102): “na verdade, cada um traiu a seu modo e a seu tempo”.

Como foi tudo feito às pressas, um dia após a prisão do mulato, o Frei Manoel Calado foi chamado para ouvir sua confissão, como previa a legislação em vigor¹². De acordo com o religioso, Calabar demonstrou verdadeiro arrependimento na hora derradeira de sua morte, confessando-se “com muitas lágrimas, e com punção de espírito” (CALADO, 2004, v. I, p. 60).

Assim morreu Calabar, com as forças da resistência justificando-o pela traição. No episódio, reclamou o frei dos moradores que “nenhum teve caridade para enterrar os quartos do Calabar” (CALADO, 2004, v. I, p. 62), motivo da fúria dos holandeses três dias depois, especialmente do comandante de origem alemã Sigismund von Schkoppe.

De acordo com o cronista, os moradores tiveram de recorrer ao padre para acalmar os flamengos, que ameaçaram todos os portugueses presentes que deixaram acontecer a Calabar o seu fim. Foi Calado (2004, v. I, p. 62-63) quem suplicou ao general dos holandeses de origem alemã Sigismund von Schkoppe, furioso com o esquartejamento de Calabar, que concedesse salvo-conduto aos moradores do povoado, depois do enterro preparado com cerimônias fúnebres.

Além da morte de Calabar, Calado registrou a prisão do sefardita Manuel de Castro que, ao que parece, prestava serviço de contador aos holandeses. Tratava-se de um cristão-novo que se bandeou para Amsterdã e, de lá, regressara ao Brasil. Castro também foi condenado à morte por traição e enforcado em um cajueiro, segundo contou Frei Calado (CALADO, 2004, v. I, p. 60).

Segundo Frei Manoel Calado, a culpa da perda do território a partir da queda do Arraial do Bom Jesus era atribuída aos índios, tapuias ou potiguaras: “a causa, e o principal instrumento de os holandeses se apoderarem de toda a Capitania de Pernambuco, e de a conservarem por tanto tempo” (CALADO, 2004, v. I, p. 67). Escrevendo pela perspectiva portuguesa em 1648, Frei Manoel Calado (2004, v. II, p. 66) afirmou que: “os índios, porque foram traidores, à lei de Deus e a sua pátria amada”.

Conforme à narrativa, a colaboração dos índios protestantes os transformava em duplamente criminosos, pois tanto configuravam-se como traidores, por serem inimigos

¹² Apesar de não ter havido tempo para grandes procedimentos judiciais devido ao ligeiro julgamento, é importante destacar que a legislação penal foi cumprida, sobretudo a pena prevista para aleivosia, mesmo se tratando de contexto belicoso. “Das execuções das penas corporais” (LARA, 1999, livro V, título 137. p. 484-488).

do Estado Português; quanto em verdadeiros hereges, por serem contrários à Igreja Católica. De acordo com Ronaldo Vainfas (2008, p. 93), o que Calado teria esquecido ao condenar todos os potiguaras foi dos índios da resistência, liderados por homens como Martim Soares Moreno e Manoel de Moraes logo nos primeiros tempos da guerra.

A propósito da liberdade da capitania da dominação neerlandesa, Calado trata já no final de seu relato. O Frei terminou a redação de sua crônica em 1646, ano que partiu ao encontro de D. João IV para representar os líderes da insurreição¹³. A crônica foi dedicada a D. Teodósio, Príncipe do Reino e da Monarquia de Portugal, mas foi escrita em louvor a João Fernandes Vieira, que viria a “libertar o território da tirania holandesa” por meio da “heroica empresa de liberdade da Pátria” (CALADO, 2004, v. I, p. 11), como se lê no prólogo da obra:

A liberdade restaurada canto,
Obrada pela espada portuguesa
Guiada pela luz do Pólo Santo,
(terrena obra, mas celeste empresa)
Canto um João, que é terror, e espanto
Do belga, e quebrantou sua braveza,
E de seus esquadrões em tempo breve
Muitos triunfos, e vitórias teve. [...] (CALADO, 2004, v. I, p. 25)

Os versos acima cantam a matéria principal da obra: proclamar a liberdade que a restauração viria a trazer, como é notório no próprio título do relato. Conforme admite o religioso, seu livro trata da “história da liberdade da pátria” (CALADO, 2004, v. I, p. 42) e é bom lembrar que a primeira edição do livro foi datada de 1648, graças ao trabalho de Paulo Craesbeeck, “Impressor & Livreiro das Ordens Militares”.

Embora tivesse sua venda proibida pela Sagrada Congregação *ad Indicem librorum*, por decreto de Roma de 1655¹⁴, a data da publicação informa que Calado não esperou o conflito acabar para terminar sua crônica. Portanto, a obra, de uma convicção

¹³ Data de 3 de setembro de 1646 sua chegada a Lisboa portando cartas dos líderes da insurreição ao Rei D. João IV (MELLO, 1954, p. 76-77).

¹⁴ É de Gonsalves de Mello (1954, p. 23) a hipótese da causa da suspensão da venda residir na injúria de algum religioso, uma vez que Calado ofende vários eclesiásticos. Segundo o historiador, o livro já havia sido aprovado pelo Procurador Geral e Notário Apostólico da Ordem de São Paulo, por um Mestre jubilado em Sagrada Escritura, pelo Vigário Geral Apostólico e Prelado maior de toda a Ordem de São Paulo e pelo Revedor do Santo Ofício, de modo que erros de doutrina, a obra não continha. O fato é que a proibição foi levantada e o livro pôde voltar a circular em 1667.

inabalável na restauração de Pernambuco, sobretudo pelas forças portuguesas e lusobrasileiras, foi escrita e publicada antes da expulsão dos holandeses.

A respeito dos libertadores, cujas “cabeças”, isto é, os líderes, formavam a “facção da liberdade da Pátria”, assim chamada por Calado, cujos exemplos podem se referir a João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, o Frei expunha que eram levados pela “caridade cristã, zelo do amor da pátria e desejo de ver o Brasil livre de holandeses, e de tantas falsas seitas, e heresias, e restituir o Estado de Pernambuco ao Império de Sua Majestade El-Rei Dom João o IV deste nome, cujo era de jure hereditário [...]” (CALADO, 2004, v. I, p. 95-96). Os relatos da época exaltaram bastante os feitos de Vidal de Negreiros, embora algumas testemunhas, como os religiosos Calado e Rafael de Jesus, celebraram mais os de Vieira.

De acordo com Calado, o próprio nome da guerra, “liberdade divina” (CALADO, 2004, v. I, p. 96), teria se originado nos encontros entre Vieira e Vidal, ocasiões em que eram avaliadas as fortificações dos holandeses e as possibilidades de rompimento, apelidando o conflito por vir de “liberdade da pátria” (CALADO, 2004, v. I, p. 293). Dentre os motivos do levante, manifestados pelos insurretos por escrito a Teles da Silva, estariam as “calamidades e aflições” que os moradores daquelas capitanias passavam sob jugo holandês, que não cessavam de praticar “traições, aleivosias, afrontas, roubos, tiranias, e crueldades, que os pérfidos holandeses executavam nos pobres [...]” (CALADO, 2004, v. I, p. 296).

De qualquer jeito, Calado tinha grande admiração por Vieira na sua crônica, cuja redação final é atribuída ao ano de 1646, portanto, antes de findar a insurreição pernambucana¹⁵. Para Calado, João Fernandes Vieira seria o verdadeiro “Valeroso Lucideno”¹⁶, líder da rebelião de 1644: “Muitas outras coisas dignas de sua pessoa, e zelo cristão fez João Fernandes Vieira, [...]; e todas estas remeto a uma atestação, ou certidão, que sem ele a pedir, nem procurar, lhes passaram as Câmaras, e mais pessoas de Pernambuco [...]” (CALADO, 2004, v. I, p. 123).

¹⁵ Calado interrompe a escrita de seu relato em 1646 por ter sido mandado a Lisboa por ordens de João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, líderes da insurreição, em uma missão a fim de os “representar a Sua Majestade” sobre os acontecimentos locais e pedir socorro ao Rei, como constam nos papéis do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU, CU, PE, Lisboa, 11 set. 1646).

¹⁶ Título da crônica de Calado.

Na crônica de Calado (2004, v. I, p. 96), é dito que, apesar da perda do território, a defesa luso-brasileira não desistiu e, até mesmo o Conde João Maurício “experimentou a resistência grande dos nossos portugueses”, em referência às guerrilhas que não cessaram após a queda do Arraial do Bom Jesus. E se o governador Nassau conseguiu acalmar os ânimos durante o período, decerto não o fora por abandono da luta.

Na verdade, o tempo do governo nassoviano aparece na crônica como um momento de resignação do qual a resistência aproveitou para preparar melhor suas forças para o levante final, isto é, para a guerra de libertação do Brasil do inimigo invasor. Havia, portanto, um protagonismo da defesa portuguesa também no relato do Frei Calado.

Desta forma, Nassau é referido sempre com muita cortesia por Calado (2004, v. I, p. 100), considerando-o “benigno de natureza”, sobretudo pelo tratamento dispensado pelo governador aos moradores, os quais o chamavam de “Príncipe” e “Excelência”, como denotou o Frei. O próprio cronista o invocava pelo título em alguns trechos de seu relato, procurando dar justificativa por escrito de tal procedimento: “[...] se eu o nomear com tal título, é por me acomodar à comum linguagem que então corria nas bocas de todos [...]” (CALADO, 2004, v. I, p. 101).

Acerca da relação estabelecida entre Nassau e a povoação, Calado (2004, v. I, p. 101) salienta que foi iniciativa dos próprios nobres de Pernambuco presentear o Príncipe com “mimos, e regalos de consideração, para granjear seu beneplácito”. Tratava-se, pois, de uma estratégia dos moradores para conseguir a estima do governador inevitável, ressaltou o religioso.

Seja como for, a crônica de Calado reproduz uma série de cartas que o autor explica tê-las escrito com palavras equivalentes, a exemplo da comunicação enviada do Governador Pedro da Silva a Nassau, de André Vidal de Negreiros aos conselheiros holandeses, entre outras. No entanto, como bem alertou Gonsalves de Mello (1954, p. 15), tais documentos que o religioso afirma reproduzir carecem de autenticidade, restando a dúvida se, de fato, teriam existido. Para o historiador, não são os discursos que Calado diz ter transcrito o que realmente importa, mas sim o seu depoimento como testemunha.

Calado delator

Em sua crônica, o frei revelou vários nomes de desertores e de moradores colaboradores, mas também de fiéis luso-brasileiros que lutavam pelos portugueses, exaltando sobretudo os restauradores do território. Em primeira análise, Calado aponta para o protagonismo dos judeus, que não se limitaram a explorar a riqueza da terra e apostaram no rentável negócio do tráfico como mercadores de escravos africanos.

De acordo com Frei Manoel Calado (2004, v. I, p. 112), os judeus portugueses dominaram o comércio realizado em Pernambuco. Neste campo, não havia como cercar as atividades dos judeus, uma vez que quase todos os negócios que se desenvolviam no território dominado pela WIC¹⁷ passavam por suas mãos¹⁸.

Por isso, o cronista enxerga uma certa proteção por parte da WIC em relação aos judeus portugueses, preferidos em relação aos cristãos-velhos e aos cristãos-novos, porque as autoridades coloniais os consideravam mais confiáveis, fato que explica o forte incentivo a sua imigração. O motivo real dessa preferência foi exposto por Frei Manoel Calado (2004, v. I, p. 112) quando revelou que os judeus portugueses “[...] serviam de línguas entre os holandeses, e portugueses, e por esta via granjearam dinheiro [...]”.

Desventuras judaicas à parte, o primeiro judeu novíssimo mencionado como cristão-novo que se valeu das garantias holandesas para se converter ao judaísmo no Brasil, listado por Frei Manoel Calado, foi Gaspar Francisco da Costa. Trata-se de um cristão-novo morador de Pernambuco antes da entrada dos holandeses no Brasil. O segundo da lista dos convertidos na colônia, ainda segundo Frei Calado, é Baltasar da Fonseca.

Outro cristão-novo mencionado por Calado que encaixaríamos nos quadros dos judeus novíssimos do Brasil é Vasco Fernandes Brandão. De acordo com o cronista, Vasco Fernandes era um cristão-novo que residia em Pernambuco antes da entrada dos holandeses, mas aproveitou-se da ocupação “dos inimigos” para circuncidar-se e assumir a prática do judaísmo (CALADO, 2004, v. I, p. 114). O judeu novíssimo beneficiou-se também para aumentar seus negócios no espaço dominado pelos flamengos.

¹⁷ West-Indische Compagnie ou WIC refere-se à Companhia das Índias Ocidentais, companhia acionária neerlandesa responsável pela expansão ultramarina das Províncias Unidas do Norte.

¹⁸ Referência à passagem de Calado (2004, v. I, p. 112-113) sobre os judeus: “[...] e por esta via não havia coisa de proveito que lhe não passasse pelas mãos, e assim eles tomavam para si o de que haviam de ter a ganância certa, [...]”.

Também foi judeu novíssimo casado com uma prima, como denunciou Bento Jorge Borges em março de 1645 (ANTT, IL, CP 28, Livro 227, fól. 15-18), Simão do Vale Fonseca, o qual também integrou a lista de Calado. Trata-se de um cristão-novo português que foi circuncidado no Brasil, durante o governo holandês, e casado com a irmã de Simão Rodrigues Vila Real, também judia.

Outro exemplo de colaboração judaica é Isaac Carvalho, que atuou como intérprete na capitulação da guarnição holandesa de Porto Calvo em setembro de 1645 (CALADO, 2004, v. II, p. 115). O serviço de intérprete era apenas um dos executados por judeus, exatamente por conhecerem a língua portuguesa, graças ao seu passado cristão-novo, além da holandesa, uma vez que grande parte vinha de Amsterdã. Assim, tanto judeus novíssimos como judeus novos, tiveram papel de destaque no contexto.

Mas o religioso é categórico quanto à punição que se abateu sobre estes na ocasião da restauração do território ao domínio português. A este respeito, Calado (2004, v. II, p. 92-93) narrou que passados quatro dias do início da insurreição, dois judeus já haviam sido mortos em Ipojuca.

Sobre Fernandes Vieira, “mancebo solteiro, natural da ilha da Madeira”, Manoel Calado (2004, v. I, p. 118) apontou que lutou ao lado dos portugueses e nas batalhas “[...] acabava com os holandeses muitas coisas por árduas, e dificultosas que fossem”. Calado confirma as suspeitas de colaboração da parte de Vieira com os holandeses no final da guerra de resistência, descrevendo a grande confiança que o conselheiro político Jacob Stachouwer tinha no português em meados da década de 1630.

De acordo com o cronista, o flamengo deixou todos os seus bens para Vieira gerir, “com plenário poder de dispor, dar, e comprar, e vender, segundo lhe parecesse”, com a única condição de que o português enviase regularmente suas rendas nas frotas que partissem de Pernambuco para Holanda. Ademais, Calado (2004, v. I, p. 119) confirma a versão de que Vieira teria autorização para usufruir do crédito em nome de Stachouwer, caso fosse necessário, deixando tudo registrado para que “morrendo ele nenhum seu herdeiro poderia tomar conta ao dito João Fernandes Vieira”.

De qualquer modo, o cronista Frei Manoel Calado (2004, v. I, p. 114) compara as relações que Vieira e, o também senhor de engenho, Gaspar Dias Ferreira¹⁹ desenvolveram com os holandeses especialmente nos tempos nassovianos:

Havia em Pernambuco dois homens, que privavam muito com o Príncipe João Maurício Conde de Nassau, e com os do supremo, e político Conselho dos holandeses, e ambos mui encontrados na vida, e costumes, um se chamava João Fernandes Vieira, e outro Gaspar Dias Ferreira; um tratava de granjear sua vida, e também a amizade dos holandeses com dispêndio de sua fazenda, e o outro tratava de seu próprio interesse, e de fazer ricos aos holandeses a custa da fazenda, e sangue dos moradores. (CALADO, 2004, v. I, p. 114)

Afora a conhecida inimizade de Calado por Ferreira, a diferença, segundo a fonte, estaria no grau de adesão aos flamengos: Vieira teria colaborado com a economia e a administração no momento do governo de Nassau, sem se misturar tanto aos holandeses, enquanto Ferreira teria efetivamente se passado para o lado dos dominadores.

Por isso, Vieira jamais passou de colaborador a colaboracionista, posição esta ocupada por Gaspar Dias Ferreira, em razão da proximidade com os holandeses, sobretudo com Nassau que, no retorno do Conde à Holanda, teve de abandonar o Recife também. Para Calado, Gaspar Dias Ferreira foi mesmo de um grande colaborador dos holandeses, amigo pessoal e principal contato de Nassau com os homens da terra, o que despertava o ciúme de muitos, a exemplo do próprio Frei que, em nenhum momento de seu relato sobre a guerra, fez questão de esconder o ódio sentido por Gaspar Ferreira²⁰.

Segundo Frei Manoel Calado, Ferreira extorquia os moradores e o clero católico²¹, além de possuir outros negócios escusos com o aval de Nassau. Sobre este personagem, Charles Boxer (1961, p. 383) menciona que Gaspar Dias Ferreira teria se metido no contrabando de escravos em Cabo Verde com a colaboração de Nassau.

Apesar de toda inimizade com Gaspar Dias Ferreira, Calado (2004, v. I, p. 114) reconheceu a valiosa colaboração que o senhor de engenho prestou aos holandeses: “Gaspar Dias Ferreira foi o primeiro português, que com sua mulher, e filhos se veio a

¹⁹ Não confundir Gaspar Dias Ferreira, senhor de engenho e homem de negócio, com o Padre Gaspar Ferreira, ouvidor da vara eclesiástica, vigário encomendado na Paraíba.

²⁰ Segundo Calado (2004, v. I, p. 124): “João Maurício tinha três grandes amigos portugueses, com os quais de contínuo tratava; a saber um frade chamado Frei Manoel do Salvador, e o segundo João Fernandes Vieira, e o terceiro Gaspar Dias Ferreira; [...]”.

²¹ Calado (2004, v. I, p. 115-116) sugere que Ferreira utilizava parte do valor arrecadado com o clero e os moradores para interesses próprios.

meter dentro das fortificações dos holandeses, e os encaminhou para granjearem muitas riquezas; e desta heroica virtude o vi eu gabar-se [...]”.

Nesse sentido, o historiador José Antônio Gonsalves de Mello (2000, p. 65) explicou a superficial adesão de Vieira aos holandeses pelo enorme peso que sua fidelidade religiosa ao catolicismo exercia, a “firmeza de fé que faltava em Gaspar Dias, ao usurpar bens dos Beneditinos e naturalizar-se holandês”.

Fernandes Vieira, segundo Calado (2004, v. II, p. 38), dissimularia, ainda, o casamento, em um de seus engenhos, de um filho(a) de seu sogro, Francisco Berenguer, com o filho(a) de “um homem da terra”, provavelmente, Antônio Cavalcanti. Na cerimônia, que contaria com a presença do alto escalão holandês, governadores, oficiais e capitães neerlandeses seriam aprisionados ou mortos, deixando o caminho livre para os revoltosos tomar o Recife e dominar a soldadesca.

Nesta hipótese, as tropas de Dias e Camarão ficariam de prontidão para uma eventual reação. No testemunho de Calado (2004, v. I, p. 45) sobre Felipe Camarão: “este índio foi o mais leal soldado que El-Rei teve nesta guerra, porque sempre acompanhou aos portugueses com sua gente em todos os trabalhos, e fadigas; [...]”.

Ao receber as notícias das ameaças dos indígenas aliados dos flamengos aos moradores do Rio Grande, Camarão foi ordenado a partir em socorro com soldados moradores e com sua tropa, a qual também incluía alguns tapuias que, segundo informação de Calado, viriam de São Francisco e foram recrutados pelo chefe Rodela (CALADO, 2004, v. II, p. 182).

No grupo de insurretos, Calado (2004, v. I, p. 322-323) indica a participação dos senhores de engenho: Antônio Cavalcanti, Manuel Cavalcanti, João Pessoa Bezerra, Antônio Borges Uchoa, Francisco Berenguer de Andrade, Cristóvão Berenguer, Cosmo de Castro Paços, Antônio Carneiro Falcato, Antônio Bezerra, Miguel Bezerra Monteiro, entre outros. Com aproximadamente 50 pessoas, a rebelião se concretizava. Portanto, os Cavalcanti representam a facção dos senhores de engenho que, mesmo tendo incentivado a insurreição, recuaram com as dificuldades e medo da resposta holandesa²².

²² Contudo, os Cavalcanti aparecem em outros momentos da crônica de Calado lutando ao lado de Vieira, o que permite pensar que ou a negociação com os holandeses fora uma estratégia para dispersar as atenções dos inimigos, ou teria sido um momento de fraqueza, de dúvida mediante os destinos da insurreição, que tão logo foram resolvidos, Cavalcanti voltou a resistir aos flamengos.

Durante esse tempo, as notícias das ameaças flamengas aos chefes da rebelião corriam rapidamente. Sebastião de Carvalho, conhecido desertor, tratou de avisar a Bernardino de Carvalho, por meio de carta mencionada por Calado (2004, v. I, p. 330) “[...] que não seguisse a João Fernandes Vieira, nem se fiasse nele, porque a empresa que ele acometia era uma parvoíce que não havia, nem podia conseguir bom fim [...]”²³.

O receio de Sebastião de Carvalho era o medo dos senhores que seguiam a Vieira: caso a insurreição não tivesse o efeito esperado, “[...] haviam de padecer os moradores muitos males, principalmente os que com ele se mancomunassem [...]” (CALADO, 2004, v. I, p. 330). Mesmo sendo procurado pelos holandeses, Vieira contava com amigos, como o Frei Calado e Lourenço Guterres, que avisavam para que “vigiasse, e atentasse por sua vida” (CALADO, 2004, v. I, p. 344), porque havia muitos ao seu encalço, a exemplo do Capitão-mor João Blar, contratado pelos holandeses para trazer Vieira, vivo ou morto.

De qualquer forma, era Vieira quem liderava a rebelião e, mediante a chegada de de socorro aos holandeses, trazendo o experiente coronel Von Schkoppe, os insurretos se adiantaram nos planos do “governador da liberdade”, conforme Calado (2004, v. I, p. 327) em referência a Vieira. Na prática, os insurretos devastaram a área produtiva canavieira, de modo que Itamaracá e Paraíba ficaram completamente destruídas.

Alistados na causa da restauração, Calado (2004, v. II, p. 18) saudou a bravura de todos os capitães que acompanharam João Fernandes Vieira: Amador de Araújo, Manuel de Araújo de Miranda, Simão Mendes, Domingos Fagundes, Cosmo do Rego, João Soares de Albuquerque, Antônio de Crasto, Francisco Gomes de Abreu, Antônio Gomes Taborda, Sebastião Ferreira, Antônio Borges Uchôa, Francisco de Lisboa, Tomé Dias da Costa, Manuel Soares Robres, Marcos Pires, Paulo Velozo, Fernão Gomes, Inácio Mendes, Pedro Marinho Falcão, Pedro Corrêa, Braz de Barros e João Barbosa²⁴. Tratavam-se de soldados colaboradores nos tempos da insurreição pernambucana.

Mas o fluxo de desertores no tempo da restauração parecia ser em ambas as vias, como apontou Calado. De acordo com o cronista, considerados desertores pelo Supremo Conselho neerlandês, os capitães carregaram soldados holandeses para a causa da

²³ A fonte conta que Bernardino de Carvalho não cedeu à persuasão de seu irmão e permaneceu firme na causa da restauração ao lado de João Fernandes Vieira.

²⁴ Há muitos outros soldados descritos no decorrer da crônica, os apontados, entretanto, destacaram-se logo no início da preparação da rebelião.

restauração. Entre eles, Calado (2004, v. II, p. 175) mencionou o mestre-de-campo Teodósio de Estrate e o sargento-mor Francisco de Latour.

Ainda assim, a grande maioria não foi nomeada pela crônica portuguesa. Calado (2004, v. II, p. 173) descreveu, no entanto, o clima de tensão em que viviam os desertores: “como pois os holandeses, que serviam no nosso exército, andassem perturbados e sobressaltados de que se descobrisse a traição que nos tinham urdido”, até mesmo “as mulheres e meninos holandeses que entre nós havia” com o avanço da insurreição.

As ordens do exército restaurador, conforme a captura dos holandeses, era clara: enviar para a Bahia, a menos que o soldado resolvesse colaborar. Contudo, o trânsito de gente era muito grande em tempo de guerra e muitos desertores que se apresentavam por vontade própria ou eram capturados, acabavam retornando para o lado dos holandeses.

Certa ocasião, Calado (2004, v. II, p. 177) narrou que foi enviada uma carta²⁵ por um capitão restaurador avisando ao Supremo Conselho da fuga dos desertores, mandando “enforcar aos sessenta e cinco flamengos que haviam fugido de entre nós e se haviam ido para eles”. De modo que a missão dos informantes flamengos seria de esquadrihar “os ânimos dos que haviam fugido e notassem suas palavras, para ver se podiam descobrir neles algum danado intento que cheirasse a traição” (CALADO, 2004, v. II, p. 177-178).

Considerações finais

Como cronista, Calado foi testemunha ocular da guerra e não deixou de delatar muitos nomes de colaboradores dos flamengos. Os casos mais alarmantes, denunciados por Calado, foram o dos judeus portugueses vindos de Amsterdã, que fizeram verdadeira fortuna lidando com os negócios desenvolvidos no território ocupado.

No entanto, se o religioso delatou tantos nomes de pessoas que tiraram vantagem graças à proximidade do novo governo da região, foi ele próprio citado nas fontes inquisitoriais da época por motivo muito parecido. Apesar das suspeitas levantadas contra o religioso, as denúncias foram inconclusivas, grande parte apoiada na amizade pessoal que Calado tinha com o governador Nassau, provável motivo pelo qual o tribunal não chegou a instaurar processo.

²⁵ O cronista informou que a carta causara certo abalo entre as autoridades holandesas, que não tardaram a, “sem dar cópia dela [a carta] a ninguém”, espalhar espias secretas pelo Recife para averiguar a denúncia (CALADO, 2004, v. II, p. 177).

Ainda que tenha sido alvo da perseguição desferida pelo sétimo bispo do Brasil, o religioso não deixou de praticar seus ofícios católicos²⁶. No entanto, foram suas estratégias de conversão, considerando o contexto desafiador²⁷, que garantiram a volta de um número considerável de judeus novos à Igreja Católica. Por isso mesmo, o religioso, a despeito de ter sido denunciado ao Santo Ofício, acabou sendo uma figura central para a manutenção do catolicismo na região que estava sob domínio neerlandês.

Não sem esforço Calado desempenhou suas funções religiosas e garantiu a prática do catolicismo em território bélico, como fica latente em sua crônica. Nos papéis do Conselho Ultramarino, Calado é descrito como:

o único remédio de todo aquelle povo Cristão, e a estável coluna em que se sustentou a fee católica, a qual elle andava pregando com grande risco de sua vida, e sem temor da morte, e dos rigurozos castigos, com que os olandezes o ameaçavão, antes cada dia, convertia a muitos deles à pureza da sancta fee Catolica Romana. (AHU, PE, cx. 3-A, códice 13, fls. 384v.)

Através de seu cruzamento com as fontes inquisitoriais, pode-se suspeitar que o flerte com o calvinismo, do que foi frontalmente acusado, talvez tenha sido uma estratégia para manter a prática do catolicismo em funcionamento. Não que tenha sido o único sacerdote a permanecer no terreno, mas Calado contou, particularmente, com a proximidade de Nassau, para garantir seu exercício espiritual de maneira mais livre. Foi uma estratégia ousada, pois levantou suspeitas que, no fim, careceram de fundamento.

Do ponto de vista histórico, pesquisar a centralidade da atuação do frei no contexto da dominação neerlandesa reside em investigar seu imbróglio com a Inquisição e, principalmente, perceber como escapou do Santo Ofício mesmo após tantas denúncias. Como resultado, fica evidente, por mais paradoxal que pareça, que foi usando seus contatos entre os neerlandeses que Calado conseguiu se manter incólume entre os portugueses, uma vez que o Santo Ofício não provou o contrário de sua prática religiosa.

²⁶ Acusado de colaboracionista dos holandeses por alguns, como o historiador Padre Serafim Leite (1938-1950, p. 99 e 370), a conduta de Calado é defendida por Gonsalves de Mello (1954, p. 46), que considera que ele “não era homem de temer o perigo pessoal quando se tratava de defender cristãos, e nunca teve dúvida acerca de qual devia ser o dever do sacerdote numa ocasião destas”.

²⁷ Em matéria religiosa, conviviam cristãos-novos, judeus portugueses vindos de Amsterdã, predicantes calvinistas em missão, além dos cristãos velhos que permaneceram na localidade.

Referências bibliográficas

Fontes manuscritas:

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Conselho Ultramarino, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3-A e anexos, Lisboa, 11 de setembro de 1646.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3 e códice 278, fls. 398-398v.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3-A e códice 13, fls. 384v.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor 28, Livro 227, fól. 15-18.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor 31, Livro 230, fols. 250-252; 256-260.

Fontes impressas:

CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* (manuscrito de 1648). 5ª ed. 2 vls. Recife: CEPE, 2004.

LARA, Silvia Hunold. (org.) *Ordenações Filipinas, Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Bibliografia:

BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. (Original de 1957). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

FEITLER, Bruno. *Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. v. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938-1950.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manoel Calado do Salvador*. Religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por sua Santidade, cronista da Restauração. Recife: Universidade do Recife, 1954.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do Terço da Infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês*. Recife: FUNDARPE, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 26/07/2023
Aprovado em: 10/05/2024